



Aletheia

ISSN: 1413-0394

mscarlotto@ulbra.br

Universidade Luterana do Brasil
Brasil

Kesseli Carrasco, Leanira
Violência conjugal: um estudo de caso
Aletheia, núm. 17-18, enero-diciembre, 2003, pp. 21-30
Universidade Luterana do Brasil
Canoas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115013455003>

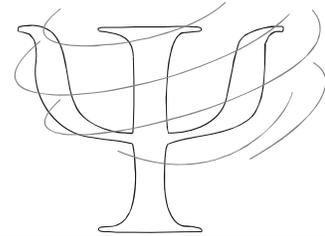
- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Leanira Kesseli Carrasco

Violência conjugal: um estudo de caso

Conjugal Violence: A Case Study

RESUMO

Este trabalho é um estudo de caso que teve por objetivo principal compreender o fenômeno da violência do homem contra a mulher dentro do casamento. Trata-se de um atendimento a uma mulher que foi encaminhada a uma instituição pública por ter denunciado seu companheiro por tê-la agredido fisicamente. Esta intervenção aconteceu em quatro etapas: entrevista inicial, realização do teste do desenho da família, construção do genograma e a entrevista de devolução. Na entrevista de devolução, ela foi encaminhada para uma instituição de apoio psicológico e jurídico, especializada nestas situações, para que pudesse receber a ajuda necessária de forma que rompesse com a violência conjugal que vinha sofrendo.

Palavras-chave: violência, gênero, casal, casamento.

ABSTRACT

This work is a case study that had for main objective to understand the phenomenon of man's violence against woman inside marriage. It is about the attendance to a woman who was directed to a public institution because she denounced the husband for physically attacking her. This intervention happened in four stages: an initial interview, execution of family drawing test, genogram construction and devolution interview. In the devolution interview, she was directed to a psychological and legal support institution, specialized in these situations, so that she might get the help needed to stop the conjugal violence.

Key words: violence, gender, couple, marriage.

Leanira Kesseli Carrasco é psicóloga, especialista em psicodiagnóstico, doutoranda em Psicologia pela PUCRS, professora na Faculdade de Psicologia da PUCRS. Avenida Ipiranga, 6681, P.11

Endereço para correspondência: Pontifícia Universidade Católica do RS, Instituto de Psicologia, Av. Ipiranga 6681 - Prédio 11 - POA - RS.

VIOLÊNCIA CONJUGAL: ROMPENDO O SILÊNCIO

Quando uma mulher se encontra em uma situação de violência conjugal, sua primeira e grande dificuldade é justamente romper com o silêncio e denunciar seu agressor. Entretanto, vencer esta barreira traz muito sofrimento, uma vez que isto pode significar que seus projetos de vida a dois faliram. A frase das histórias infantis, *foram felizes para sempre*, que ainda povoa o sonho de muitas mulheres, vira um pesadelo, que deixa muitas marcas, sejam elas visíveis ou invisíveis.

Denunciar o homem que um dia foi o príncipe tão sonhado significa expor publicamente o que, durante algum ou muito tempo, foi um segredo muito bem guardado. A revelação da agressão deixa um rastro de amargura na mulher, na qual imperam sentimentos de solidão, de medo, de culpa, por não conseguir manter o casamento, e da sensação de estar sem ajuda. Ao mesmo tempo, romper com a situação de abuso dá visibilidade a uma condição que até então era mantida entre quatro paredes.

A violência familiar, tal como é entendida atualmente, ou seja, o espancamento da esposa e dos filhos por parte do homem, é um problema de saúde pública que, pela frequência com que ocorre, se equipara ao alcoolismo e à depressão. Kaufman (1994) refere que, através dos tempos, este problema não era encarado dessa forma, como se houvesse uma conivência da família e da sociedade como um todo, e até mesmo de profissionais ligados à área da saúde, para acobertar a situação. O agressor não era denunciado pela vítima, o que facilitava a manutenção das agressões.

Foi o movimento feminista dos anos 70 que começou a atrair a atenção sobre a agressão às mulheres. Naquela época a violência começou a ganhar visibilidade. Foi o período em que as mulheres levantaram a bandeira do "*Quem ama, não mata*", pois quando um homem era levado a julgamento pela morte de uma mulher, seus defensores empregavam o argumento de *legíti-*

ma defesa da honra. Segundo Almeida (1998), este tipo de defesa nunca existiu no código penal brasileiro, embora tenha sido amplamente utilizado e ainda ratificado por júris populares.

Nos Estados Unidos e no Canadá o total de vítimas de violência doméstica é superior à soma total das vítimas de acidentes de carro, estupro e roubos (Minuchin e Nichols, 1995). Uma entidade holandesa, a Sociedade Mundial de Vitimologia, fez uma pesquisa em 54 países, que incluiu o Brasil, e concluiu que 23% das mulheres brasileiras estão sujeitas à violência. Os pesquisadores chegaram a estes dados a partir da análise dos Boletins de Ocorrência das Delegacias da Mulher em 22 capitais e de algumas cidades do interior do estado de São Paulo, a partir de 1994 (Correio do Povo, 2002).

De acordo com um documento elaborado pelos/as participantes do Seminário Nacional: Saúde, Mulher e Violência Intrafamiliar (Anais, 2001), no Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida em seu lar por alguém com quem mantém relação afetiva. Segundo este mesmo documento, 70% dos incidentes acontecem dentro de casa e o agressor é o marido ou companheiro. Destes, mais de 40% resultam em lesões corporais graves decorrentes de socos, pontapés, queimaduras, etc. Santos (2001) refere que ainda que se tenha estes dados, uma estimativa mais exata é dificultada pela falta de registro nos serviços de saúde pública procurados pela mulher. Somente uma de cada dez mulheres espancadas que buscam atendimento médico é reconhecida pelos profissionais de saúde como mulher agredida.

No Serviço de Atendimento Psicossocial do Departamento Médico Legal (DML) do Rio Grande do Sul, no ano de 1999, foram atendidas 665 mulheres vítimas de violência doméstica. Destas, 417 foram agredidas por seus maridos, ex-maridos, companheiros, namorados ou ex-namorados.

A violência conjugal pode ser definida como uma situação particular de vitimização, onde a agressão tem um único sentido: a violência do homem dirigida à mu-

lher. Ele seleciona a vítima, sua esposa ou parceira, e focaliza a agressão, que é exercida de forma discriminada (Dohmen, 1997). A violência contra a mulher não era denunciada nem pela própria mulher, que achava *normal* ser agredida, nem por testemunhas, que não queriam se envolver na relação, e nem tampouco por autoridades, que justificavam sua passividade alegando falta de estrutura de apoio. Tudo isto colaborava para a manutenção da violência e sua permanência da esfera privada.

Quando falamos de violência conjugal, pensamos que para que ela seja possível existe uma condição: o desequilíbrio de poder que talvez aconteça através de manobras interpessoais de controle da relação ou por questões culturais ou ainda do contexto familiar. A violência sempre que acontece, rompe com os limites de territórios, próprios e do outro, invade a relação e se instala a confusão, destruindo a si mesmo (agressor) e o outro (agredido) (Corsi, 1997).

Isto significa que em uma relação violenta na qual há um desequilíbrio de poder, uma pessoa emprega a força (poder) para conseguir algo, subjugando outra. Elimina, desta forma, os obstáculos que se opõem ao exercício deste poder. À medida que tenta anular o outro, controla a relação, mediante o uso da força, sendo, portanto, considerado como um método possível para tentar resolver conflitos interpessoais (Marques & Tondo, 1994; Rodrigues, Bystronski & Jablonski, 1989; Lévi-Straus, Gough & Spiro, 1979).

É importante ressaltar que basta à pessoa agredida acreditar na força e no poder do agressor para que haja esta desigualdade (Perrone & Nannini, 1997; Corsi, 1997). Esta assimetria reforça ainda outro aspecto a ser levado em conta quando se estuda a violência conjugal, que é o privilégio e o controle masculinos. O maltrato conjugal é, portanto, considerado como a manifestação do domínio do homem sobre a subordinação feminina (Dohmen, 1997).

Sendo assim, a questão de gênero, em sua construção social e histórica, é determinante dos padrões de relacionamento

entre mulheres e homens, e fundamental para compreendermos a violência conjugal. Almeida (1998) afirma que a violência familiar é relacionada à identidade de gênero e atinge, principalmente, a mulher, que é considerada como a pessoa subordinada no contexto de relações desiguais entre mulheres e homens. A violência nas relações de casal expressa dinâmicas nas quais estão presentes relações de subordinação e dominação, onde a mulher ainda está em posição desfavorável.

A tentativa da mulher de afirmar ou estabelecer sua independência é que leva o homem espancador a iniciar uma surra. Além disso, existe uma tentativa do homem de controlar e manipular a percepção da realidade da mulher vitimizada. Isto acontece quando, por exemplo, ele acusa a mulher de ser incompetente ou frígida. A consequência imediata disto é que a mulher acaba culpando a si mesma pelo espancamento, acreditando que tenha provocado a situação e, por isso, mereceu a agressão, independente de quão arbitrária ou severa tenha sido. Frente a esta situação, a mulher sentindo-se humilhada e envergonhada, mantém segredo da situação (Glachan, 1990).

A violência conjugal não consiste em um ato isolado. Ela compreende uma ampla gama de atos que acontecem no decorrer do relacionamento. Tais atos podem variar desde empurrões, tapas, beliscões, até tiros e facadas, que podem culminar no homicídio da mulher. Estas agressões deixam marcas visíveis no corpo da mulher e sempre são utilizadas simultaneamente a outras táticas não visíveis, como xingamentos, ameaças à mulher e aos filhos, proibições de ter amigos ou ver a família, destruição de objetos dela e até, muitas vezes, *um olhar*. Este *olhar* especial, lançado do homem para a mulher, vem revestido de intimidação e serve para ameaçá-la. É um *olhar* que remete a agressões anteriores e tem por trás de si uma ameaça, como se dissesse: *não esquece aquela vez*.

Todas estas táticas, combinadas ou não, têm como consequência danos psicológicos profundos na mulher agredida. O

agressor utiliza a tática que melhor lhe convier, no sentido de obter cada vez mais controle (Ganley, 2001). Assim, a violência psicológica acompanha a física e quase sempre a precede. É também conhecida por ser um tipo de violência invisível, uma vez que pode não ser evidente para quem está fora da relação (Miller, 1999).

Estas experiências de violência na vida adulta, na verdade, podem ter início, e geralmente o tem, ainda na infância. Strey (2001) aborda esta questão entrelaçando amor e violência na família, onde os pais, com a justificativa de estar educando, batem e gritam com seus filhos. Isto acontece quando, da ótica dos pais, a criança fez algo de errado e merece ser castigada e/ou punida.

Assim, parece existir regras para a violência no âmbito familiar, que são diferentes em outras situações sociais. Há uma implícita permissão ou tolerância em relação àquele membro da família que agride, ou seja, a violência nesta situação é culturalmente sancionada. O que é visto como inaceitável em um nível social, é aprovado, ou pelo menos não questionado, quando a mesma violência ocorre dentro da família (Glachan, 1990).

O que parece não oferecer dúvida é o fato de que o espaço familiar e as inter-relações que aí acontecem podem apresentar perigo. A família pode produzir um cenário com danos, tensões e conflitos, e ser fonte de muito sofrimento e angústia quando a violência está presente. Violência esta que começa na família, que não consegue propiciar a seus membros relações saudáveis enquanto espaço de socialização de homens e mulheres.

Frente a estes dados, diante de uma denúncia na qual é vítima e que é tão difícil para mulher, vê-se a necessidade de intervir neste momento de crise. D'Oliveira (2001, p.157) ressalta o espaço de escuta que a mulher agredida deve ter pois, caso isto não ocorra, talvez demore muito para conseguir falar sobre este assunto novamente: "Quando ela consegue falar, é importante poder escutar", ou seja, ela deve ser acolhida em sua denúncia e orientada para

outros serviços que possam efetivamente atendê-la, como por exemplo psicoterapia e auxílio jurídico. O momento da denúncia é um momento de crise, que exige um apoio imediato à mulher.

O PROCESSO DE TRIAGEM

Normalmente, em uma situação de violência contra a mulher, o processo de triagem nesta instituição pública se dá através de uma entrevista, que tem por objetivo conhecer a pessoa que chega ao local e compreender a situação em que está envolvida. Em um segundo momento é realizada uma entrevista de devolução, que tem por objetivo indicar qual o tipo de atendimento lhe trará maiores benefícios e que pode variar desde uma psicoterapia até o encaminhamento a alguma instituição de proteção, que a retire da situação de agressão. Ela pode, além disso, ser conduzida para receber assessoramento jurídico.

No processo de triagem desta intervenção foi utilizada, inicialmente, a entrevista clínica com o objetivo de *ouvir* esta mulher agredida. Neste caso, utilizei mais dois instrumentos, a saber: o Teste do Desenho da Família (Corman, 1967) e o Genograma (McGoldrick & Gerson, 1995), como auxiliares na compreensão do caso.

Através do Teste do Desenho da Família busquei identificar seus conflitos familiares, suas atitudes e sentimentos frente a sua família, bem como a autopercepção da mulher em sua constelação familiar (Cunha, Freitas & Raymundo, 1986). Tudo isto possibilita conhecer os sentimentos que a mulher experimenta em relação aos membros de sua família e de sua própria situação dentro deste contexto.

No que se refere à utilização do Genograma (McGoldrick & Gerson, 1995), ele foi utilizado por possibilitar que se obtenha uma representação gráfica das principais características e inter-relações do grupo familiar.

A entrevista de devolução foi o último passo deste processo e nele foram comuni-

cados os resultados do mesmo. Os dados colhidos, neste caso, durante o processo de triagem, foram organizados e integrados, tendo como objetivo transmitir à mulher a compreensão obtida de sua situação. Ocampo, Arzeno e Piccolo (1981) e Cunha (2000) afirmam que a técnica de devolução exige que se discrimine quais os aspectos sadios e adaptativos de uma pessoa e quais os menos adaptativos e até patológicos.

A seguir, passo a relatar a evolução da intervenção realizada com Ísis (nome fictício utilizado para proteger a identidade da entrevistada).

Contextualização da intervenção

Primeiro encontro: a entrevista

Ísis, inicialmente, chegou ao DML (Departamento Médico Legal) para fazer exame de corpo de delito em função de ter denunciado seu companheiro por agressão. Ela estava com o rosto machucado e também tinha a boca bastante cortada em função dela utilizar aparelho ortodôntico. Após realizar o exame descrito acima, passou a ser atendida por mim no Serviço de Atendimento Psicossocial da instituição.

Ísis tem 20 anos, é a segunda filha de uma prole de três. Atualmente trabalha como vendedora e concluiu o segundo grau há dois anos. Possui uma irmã de 22 anos, que é casada e tem uma filha. Seu irmão tem 18 anos, também é casado e tem um filho recém nascido.

De acordo com informações de Ísis, sua infância transcorreu de forma tranqüila, considerando sua família como “boa, muito boa”. Refere que seu pai é uma pessoa bastante calma e a mãe é mais agitada, mas nunca foram de se agredirem mutuamente ou aos filhos. Ísis coloca que “a mãe às vezes dava um tapa, alguma coisa, mas aquela coisa assim de mãe, sabe? para educar. Que eu me lembre, eu não tenho mágoa dela. Eu acho que ela fez certo, que foi para educar” .

Diz que discutia muito com sua mãe, quando ainda morava com seus pais, “tinha uma desavença, eu tinha um jeito, ela tinha um jeito”. Pensa que isto acontecia porque era a única filha ainda em casa, pois seus

irmãos já eram casados. Depois de ter saído de casa, porém, o relacionamento com a mãe melhorou. Refere que gosta de ir para a casa dos pais e que, eventualmente, seu pai a busca na saída de seu serviço para juntarem juntos.

Ela considera que tem, desde criança, uma relação mais próxima com seu pai, e que seus pais sempre lhe deram muita atenção porque era a mais propensa dos três filhos a ficar doente. Tinha bronquite e, em função disso, foi hospitalizada muitas vezes, sendo que era a mãe que a levava a médicos.

Ísis relata que “desde pequena tinham um cuidado maior comigo, porque era a menor de todos. E foi indo... foi indo que no fim, quem teve problemas mais sentimentais, sempre fui eu que tive mais”. Durante sua adolescência teve vários namorados, diferente de seus irmãos, que logo casaram em seus primeiros relacionamentos. Apesar de namorar mais, Ísis não mantinha os relacionamentos: “sempre tive vários namorados. Nunca parei para ficar com um namorado. (...) até meu último namorado fui eu que falei com ele e acabei tudo. (...) é como se fosse um melhor amigo para mim” .

No que se refere a este último relacionamento, Ísis contou que está residindo com seu companheiro, Osíris, há sete meses, mas estão juntos, como namorados, há mais ou menos um ano e meio. Seus pais nunca aprovaram o namoro e, por isso, não gostam que ele frequente sua casa.

Osíris (nome fictício utilizado para preservar a identidade do sujeito) tem 33 anos e está em seu quarto casamento, tendo, ao todo, seis filhos. Sua configuração familiar pode ser vista no genograma, que virá a seguir. No início do namoro, Osíris tratava Ísis muito bem, sendo carinhoso com ela. Nesta época só houve uma situação de agressão, da qual ele desculpou-se afirmando que tal situação não mais se repetiria. Continuaram discutindo muito, porém, depois que decidiram morar juntos, a violência foi ficando cada vez mais intensa, a ponto de chutá-la e ameaçá-la de morte. Em algumas situações ela revidava, mas não conseguia fazer muito pelo fato dele ser mais forte, fisicamente, do que ela.

Osíris nunca gostou que Ísis trabalhasse, fazendo, inclusive, com que ela desistisse de trabalhar no turno da noite, onde ganhava mais, porque ele não queria. Além disso, em dia de pagamento, ele tirava seu ordenado da carteira. O episódio que culminou com a denúncia contra ele, foi em função de dinheiro. Ele lhe cobrou o dinheiro de um botijão de gás que ele havia pago no dia anterior. Como ela não tinha, ele lhe roubou o celular e a agrediu de forma violenta.

Ísis conta que quando foi morar com ele, uma outra parceira dele a alertou sobre as agressões, mas ela não acreditou. Em muitas destas situações de violência, Ísis chegou a sentir-se culpada: “Será que eu que tô errada? Quantas vezes eu já me julguei errada? (...) eu tenho os meus erros, eu não sou também totalmente correta. (...) Eu também posso, de repente, eu provoque ele. Não sei...”. Ao mesmo tempo percebe que “nada justifica a atitude dele. Eu tenho o direito de me irritar, eu tenho o direito de achar as coisas erradas” .

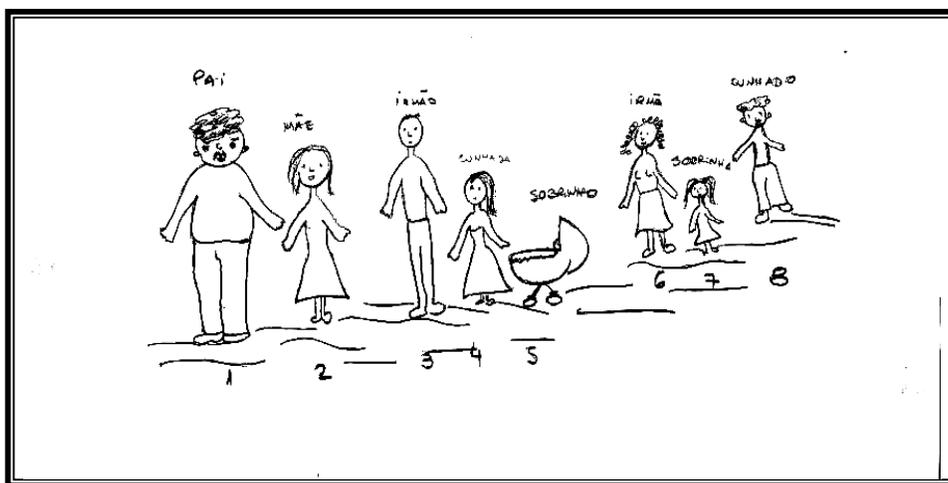
Sobre a história de Osíris, Ísis não sabe muito. Diz que ele não agride seus filhos, foi criado por sua avó, uma vez que a mãe morreu no parto de um irmão e quanto ao pai, ele não conheceu. Quando está alcoolizado, Osíris bate mais do que quando está sóbrio e não é usuário de outras drogas.

Mesmo frente a toda esta circunstância, Ísis não quer relatar nada a sua família, pois diz que não quer envolvê-la nisso, presumindo que irá sofrer muito. Acredita que este foi o pior momento de violência que

sofreu e, por isso, resolveu denunciá-lo. Teme que sua família descubra. Também não conta desta situação para ninguém, nem em seu trabalho, porque supõe que vai incomodar as pessoas com sua história. Nos momentos de violência, ela chegou a pedir socorro, “mas ninguém ajuda. Porque lá onde a gente mora, todo mundo gosta dele. Porque pras pessoas ele é legal”. No dia da denúncia, Ísis estava com uma vizinha, que se dispôs a acompanhá-la. Ao sair do DML, ela foi direto para seu trabalho e pensava em voltar para casa ao final do expediente, mas estava com medo que ele voltasse.

Segundo encontro: Desenho da Família

Após a realização da entrevista, na qual coletei dados da história de Ísis para conhecer melhor a situação em que se encontrava, solicitei-lhe que fizesse o Teste do Desenho da Família. Ela iniciou desenhando a figura paterna, depois a materna, o irmão, a cunhada, o sobrinho, a irmã, a sobrinha e o cunhado, configurando sua família de origem e as famílias atuais de seu irmão e sua irmã, mas não se desenhou. Tampouco desenhou seu companheiro, o que revela seu sentimento de que, assim como ela, ele também não pertence a sua família. Tem no pai a figura de maior importância, aquele com quem mais se sente próxima afetivamente e consegue vê-lo, junto com sua mãe, como um casal constituído. O mesmo acontece em relação a seu irmão e sua irmã, com suas famílias. Todos próximos e ela excluída.

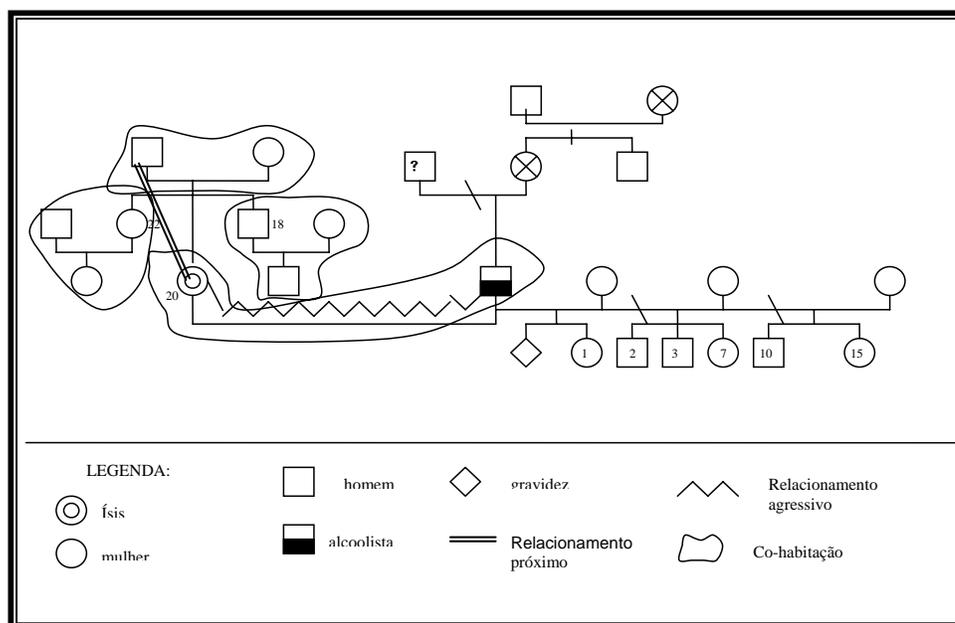


Terceiro encontro: construção do genograma

Após o Teste do Desenho da Família, realizei junto com Ísis, a construção de seu genograma. Nele ficou evidenciada a diferença na estrutura familiar de Ísis e Osiris.

No genograma, sua família de origem, acrescida de cunhada, cunhado e sobrinha/o, forma uma família constituída e com relações não agressivas. Quanto a ela e seu companheiro, estabeleceram uma relação

onde a violência é a forma de relacionamento. Diferente de Ísis, Osiris mostra perdas em sua família: a mãe morreu em seu parto, seu pai é desconhecido. Além disso, ele teve várias companheiras, com as quais teve filhos e mantém, concomitante ao relacionamento com Ísis, outra parceira, que, atualmente, está grávida. Abaixo se pode visualizar o genograma de Ísis:



Quarto encontro: entrevista de devolução

Após a realização de três etapas, a entrevista de devolução foi realizada. Nela foram expostos alguns pontos, que considere importantes para Ísis. Primeiramente, vi com ela a importância de sua denúncia. Era o primeiro movimento que fazia em seu próprio benefício para sair da circunstância de violência em que estava inserida. Mencionei também a estrutura de sua família, com a qual deveria contar, pois seus familiares podem ajudá-la. Neste ponto, Ísis não se mostrou receptiva, insistindo que não queria preocupá-los. Ao mesmo tempo aludiu que seu pai já estava desconfiando, pois havia lhe dito que estava preocupado com ela por não senti-la feliz. Respondeu a seu pai que estava somente cansada, mas pensa que ele não ficou convencido. Diante dis-

so enfatizei a importância de poder contar com o apoio de sua família para enfrentar esta situação. Além disso, Ísis foi encaminhada para psicoterapia, para que tivesse um espaço para trabalhar suas dificuldades relacionais e também para um serviço jurídico que pudesse orientá-la.

REFLEXÕES ACERCA DO CASO

No caso aqui apresentado fica evidenciado o sofrimento que a violência de um homem contra a mulher acarreta. Ísis se mostra uma pessoa frágil, com baixa autoestima e sentimentos de solidão. Esta situação confirma o que refere Satir (1995) sobre a questão de que, à medida que uma pessoa não consegue ter uma auto-estima

adequada, isso a leva a fazer escolhas erradas e que acaba comprometendo sua integridade física e psicológica.

Ela refere não ter nenhuma pessoa próxima de si o suficiente, que seja capaz de ajudá-la. Parece não contar com ninguém para isso. Tanto na entrevista, quanto nos dois instrumentos empregados, esta solidão se manifesta.

No Teste do Desenho da Família Ísis inclui sua família de origem acrescida de seu cunhado, cunhada, sobrinho e sobrinha, mas não se desenha. Isto evidencia um sentimento de não pertencer a esta família, apesar de considerá-la como tal. Já no Genograma a solidão se manifesta claramente. Sua família é retratada em seus subsistemas: parental, fraternos, com suas respectivas famílias e Ísis, que aparece sozinha. Ela não reside com nenhum destes subsistemas e, ao mesmo tempo, a vinculação com seu parceiro é de agressividade.

Refere que sempre foi a filha que adoeceu mais vezes, e que por isto exigia mais cuidados dentre os três filhos do casal. Sempre mostrou dificuldades de manter seus relacionamentos afetivos. Frente a isto, pode-se inferir que ela sempre tenha tido uma baixa auto-estima, que não lhe permitiu se amar o suficiente para que pudesse fazer escolhas melhores para si, o que confirma Satir (1995).

Além disso, diz que quando criança nunca viu seu pai bater em sua mãe, mas afirma que apanhou deles, algumas vezes, como forma de ser “educada”. Ela refere que entende o que eles fizeram e que não tem mágoa por isto. Esta situação me leva a pensar no que diz Strey (2001) sobre a associação entre amor e violência, em que a mesma pessoa que ama, é aquela que bate, como se o amor que autoriza a agressão fosse uma forma de educar. Foi o que viveu Ísis.

Ísis, quando escolheu Osíris como parceiro, foi contra sua família, que não o aceitava. Em seu relato não fica claro o porquê do posicionamento de sua família, mas parece ser evidente que sua atitude de morar com Osíris, de alguma forma, tenha sido uma resposta a seus pais, irmão e irmã.

Acredito que Ísis, ao unir-se com Osíris, tinha por objetivo tornar-se independente e sair de casa, já que enquanto morava com seus pais, não mantinha um bom relacionamento com a mãe. Segundo ela, somente depois que saiu de casa é que esta convivência melhorou. Porém, afastando-se da família, passou a conviver com Osíris que, se anteriormente sempre havia sido atencioso, passou a mostrar-se violento.

Ísis não consegue encontrar uma explicação para os atos agressivos de seu companheiro. A situação vivida por ela confirma o que refere Glachan (1990), quando ela diz que muitas vezes pensou em ser a culpada por ser agredida, questionando: “será que tô errada? (...) Eu também posso, de repente... eu provoque ele”. À medida que agride Ísis, Osíris controla e manipula a percepção da realidade que ela tem. Como consequência, ela passa a creditar que fez algo para que ele a agredisse. A assimetria de poder que referem Marques & Tondo (1994); Rodrigues, Bystronski & Jablonski (1989); Lévi-Straus, Gough & Spiro (1979) está presente neste caso. Osíris tenta anular Ísis, controlando a relação mediante o uso da força. Ao mesmo tempo, mostra sua ambivalência quando relata que considera ter o direito de não concordar sempre com ele.

A situação de Ísis revela claramente a dinâmica da violência no casamento. Uma mulher que se submete à vontade do parceiro, que por sua vez, exerce seu poder exatamente para subjugar-la. Através de suas manobras agressivas, ele vai controlando a relação e, por conseguinte, a mulher. Seu objetivo é a manutenção de seu poder e controle. A violência não acontece porque o homem perde o controle, mas sim, porque ele, através da agressão, mantém este controle e poder sobre a mulher (Rodrigues, Bystronski & Jablonski, 1989; Lévi-Straus, Gough & Spiro, 1979).

Ísis sofreu os mais variados tipos de violência: psicológica, quando ela refere as ameaças que sofre do companheiro; financeira, quando ele lhe toma, ou melhor dizendo, rouba seu salário ou ainda, à medida que cobra algo que ele comprou para

uso de ambos, como o botijão de gás, por exemplo, e social quando ele não permite que ela tenha amigos do sexo masculino. Entretanto foi a partir da violência física, com socos e pontapés, que ela pôde tornar aparente a violência sofrida.

À época de sua saída de casa para morar com Osiris, Ísis buscou sua independência da família. Arrumou um emprego, que a ajudou na manutenção desta, que acabou sendo um dos motivos para que as agressões acontecessem. Nos momentos em que ela tentava manter uma vida social, conversando com seus amigos, novamente era vítima da violência. A cada movimento seu em busca de uma vida normal, como ter amigos e trabalho, seu companheiro, possivelmente sentindo-se ameaçado em seu poder, agredia Ísis, como forma de dominá-la e mantê-la subordinada a ele.

Frente a esta situação e sentindo-se sozinha, humilhada, envergonhada e sem ajuda, Ísis preferia manter tudo em segredo, confirmando o que refere Glachan (1990). Quando questionada do motivo pelo qual não procurou ajuda, racionaliza toda a circunstância, argumentando que não quer incomodar sua família, nem entristecê-los, por isso não conta a ninguém. Sofre calada suas cicatrizes visíveis e, principalmente, as invisíveis. Os danos psicológicos são as principais conseqüências de qualquer tipo de agressão. Sua auto-estima, por exemplo, foi aos poucos sendo cada vez mais destruída.

Até pouco tempo atrás o esperado é que a violência ficasse resguardada da esfera pública, como se fosse uma característica esperada do casamento. Não era denunciada nem pela própria mulher, que achava *normal* ser agredida, nem por testemunhas, que não queriam se envolver na relação. Ísis, até certo ponto, pareceu ter seguido esta afirmação. Aos poucos, porém, foi percebendo que teria que fazer algo para parar com as agressões.

No momento em que os sinais da violência deixaram de ser invisíveis foi que Ísis decidiu procurar ajuda. Ver seu rosto e boca cortados a levaram a tomar uma atitude em

seu benefício. Denunciar Osiris foi o sinal de que ela estava disposta a mudar, mesmo que com isso tenha visto seus sonhos de felicidade ruírem. Todas as expectativas desta mulher em construir uma vida a dois foram frustradas neste momento. A denúncia, neste caso, pode ser o prenúncio de uma fase nova e mais feliz.

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. S. (1998). *Femicídio*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Anais do Seminário Nacional: saúde, mulher e violência intrafamiliar (2001). São Paulo: Casa de cultura da mulher negra.
- Corman, L. (1967). *El Test del dibujo de la familia*. Buenos Aires: Editorial Kapelusz.
- Correio do Povo (2002). *Violência contra a mulher preocupa*. 27 de março de 2002, p. 8.
- Corsi, J. (1997). *Una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social*. Buenos Aires: Paidós.
- Cunha, J.; Freitas, N. K. & Raymundo; M. G. (1986). *Psicodiagnóstico*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Cunha, J. (2000). Passos do processo psicodiagnóstico. In J. A. Cunha (Org.). *Psicodiagnóstico-V*. Porto Alegre: Artmed.
- Departamento Médico Legal (1999). Serviço de Atendimento Psicossocial. Porto Alegre (RS).
- Dohmen, M. L. (1997). Abordaje interdisciplinaria del síndrome de la mujer maltratada. Proceso secuencial. In J. Corsi (Org.). *Una mirada interdisciplinaria sobre un grave problema social*. Buenos Aires: Paidós.
- D'Oliveira, A. F. (2001). Gênero, violência e práticas de saúde. *Anais do seminário nacional: saúde, mulher e violência intrafamiliar*. Santos (SP): Casa de cultura da mulher negra.
- Ganley, A. L. (2001) *Violência contra a mulher: um novo olhar. Anais do seminário nacional: saúde, mulher e violência intrafamiliar*. Santos (SP): Casa de cultura da mulher negra.
- Glachan, M. (1990). Power: a dimension of family abuse. *Early Child Development and Care*, 60, 1-10.

- Lévi-Strauss, Gough, K. & Spiro, M. (1979). *A família: origem e evolução*. Porto Alegre: Editorial Villa Martha.
- Kaufman Jr, G. (1994). O misterioso desaparecimento das mulheres espancadas dos consultórios de terapeutas de família: privilégio masculino em conluio com a violência dos homens. In E. Imber-Black (Org.). *Os segredos na família e na terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed.
- McGoldrick, M. & Gerson R. (1995). Genetogramas e o ciclo de vida familiar. In M. McGoldrick, M. & B. Carter (Orgs.). *As mudanças no ciclo de vida familiar*. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Marques, J. & Tondo, C. (1994). O Poder nos relacionamentos. *Psico*, 24(2), 107-113.
- Miller, M. S. (1999). *Feridas invisíveis – abuso não físico contra mulheres*. São Paulo: Summus.
- Minuchin, S. & Nichols, M. (1995). *A cura da família*. Porto Alegre: Artmed.
- Ocampo, M. L. S., Arzeno, M. L. & Piccolo, E. G. (1981). *O Processo psicodiagnóstico e as técnicas projetivas*. São Paulo: Martins Fontes.
- Perrone, R. & Nannini, M. (1997). *Violencia y abusos sexuales en la familia - un abordaje sistémico y comunicacional*. Buenos Aires: Paidós.
- Rodrigues, A.; Bystronski, B. & Jablonski, B. (1989). A estrutura do poder conjugal: uma análise de duas culturas em duas épocas. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 41(4), 13-24.
- Santos, J. (2001). Violência doméstica: uma questão de saúde pública. *Anais do seminário nacional: saúde, mulher e violência intrafamiliar*. Santos (SP): Casa de cultura da mulher negra.
- Satir, V. (1995). A mudança no casal. In: M. Andolfi, C. Angelo & C. Saccu (Orgs.) *O casal em crise*. São Paulo: Summus
- Silva, M. A. D. (2000). *Todo poder às mulheres – esperança de equilíbrio para o mundo*. São Paulo: Best Seller.
- Strey, M. N. (2001). Violência e gênero: um casamento que tem tudo para dar certo. Em: Grossi, P. & Werba, G. *Violências e gênero – coisas que a gente não gostaria de saber*. Porto Alegre: Edipucrs.